

## INÊS DE CASTRO NO REINADO DE D. PEDRO

Provavelmente você, leitor amigo, a respeito da síntese biográfica de D. Pedro I, observaria:

— Tão pouco? — referindo-se às realizações do rei.

Respondo, lembrando que o objetivo deste livro é destacar o amor de Inês e Pedro e seus desdobramentos. Os tratados de história enfocam com mais riqueza e profundidade os atos formais dos soberanos.

No curto reinado de dez anos, já se manifestam em Pedro as conseqüências da influência da rainha santa em sua vida — desde os tempos em que conviveram à época de D. Afonso IV.

E acrescentamos também a atuação espiritual da avó, com a participação de Inês de Castro, no próprio período de seu reinado.

Houve excessos? É claro. Mas o povo

conheceu a paz duradoura, as benesses de uma política voltada à gente humilde, que se beneficiou da justiça e da prosperidade.

É imperioso ressaltar que Pedro não se livrou das marcas mais profundas dos ferimentos que as agruras da vida lhe impuseram, com danos à saúde e ao equilíbrio psíquico.

Fez de seu governo o mais itinerante dos governos afonsinos, em constante peregrinação pelo reino — não se assentando mais que um mês em cada lugar — o que lhe revelava a profunda inquietação interior.

Morreu cedo, atormentado. Sua vida se destroçara com a perda de Inês, ainda quando costuravam os sonhos dourados dos tempos de Coimbra.

A presença da companheira é evidente em seu mandato real.

Pouco depois da execução em Santa-rém de Álvaro Gonçalves e Pero Coelho, já se fazia ouvir pelo reino que D. Pedro havia se casado oficialmente com Inês de Castro.

Servimo-nos aqui do que escreve a respeito Mário Domingues, cujo relato adaptamos e sintetizamos:

A notícia, talvez veiculada intencionalmente a partir do palácio real, carregava em seu bojo mais detalhes.

Vamos aos fatos.

D. Pedro mantivera a união em segredo, por temor ao pai, rei bravo e destemido, que infligira mesmo a morte a um de seus irmãos bastardos, Afonso Sanches.

Vejamos, a seguir, a descrição formal do casamento, cuja realidade trouxe descrédito a muitos historiadores, pois, além de outros questionamentos, fica a dúvida se Afonso IV, enérgico, porém de caráter reto, sabendo da oficialização das ligações entre Pedro e Inês, determinaria o assassinio da jovem.

Em junho de 1360, transcorridos quatro anos de seu reinado, D. Pedro assumiu em Cantanhede publicamente D. Inês como esposa.

Com ele estavam D. João Afonso Telo de Menezes, Vasco Martins de Souza, chanceler-mor, e ainda o mestre Afonso das leis, pessoas de sua máxima confiança.

O ato foi oficializado em Coimbra, com a presença de duas testemunhas, que declararam saber do casamento de D. Pedro com D. Inês de Castro: D. Gil, que era então

bispo da Guarda, e Estevão Lobato, criado do rei.

Confirmou o bispo, na condição de deão da Guarda, que cerca de sete anos atrás, o infante e D. Inês pousavam na Vila de Bragança e que esse senhor o mandara chamar um dia à sua câmara, na presença de Inês, dizendo-lhe que a queria receber por mulher.

E apondo ambos suas mãos sobre as do bispo, foram por este declarados oficialmente casados, assim permanecendo até a morte de D. Inês.

Estevão Lobato, que fora guarda-roupa de D. Afonso e passara posteriormente a exercer as mesmas funções junto a D. Pedro, fez declarações idênticas às do bispo de Guarda, acrescentando que D. Pedro e D. Inês tinham casado num dia de Ano Bom, 1º de janeiro de 1354, e foram residir em Coimbra.

Era, portanto, Inês de Castro rainha, ainda que reconhecida depois de sua morte.

Levar Inês para Alcobaça era outro sonho dourado de Pedro. Ali mandara construir os túmulos para ambos e moldar a estátua jacente de Inês, ostentando a coroa de rainha.

Para Pedro, precocemente envelhecido, enfermo, com crises freqüentes de dores terríveis que o prostravam, levar Inês para Alcobaça era o sonho de perpetuar o amor que vivera, prestando à companheira querida a definitiva homenagem.

O traslado, segundo Montalvão Machado, se deu a 2 de abril de 1362. Entretanto, Cândido Franco considera que tenha ocorrido em 24 de abril do ano anterior, versão esta que utilizamos na descrição da impressionante cerimônia.

São comuns as divergências de datas com respeito aos fatos medievais, pela natural dificuldade de pesquisa. O mesmo se observa, por exemplo, quanto ao ano do nascimento dos filhos de Inês de Castro.

Domingues e Cândido Franco dão-nos em seus relatos a noção clara do que foi a empreitada de D. Pedro para transferir os restos mortais de Inês à distante catedral. De modo sucinto, com considerações pessoais, exponho a memorável cerimônia medieval:

A cena é imponente, mesmo despojada dos véus fantásticos da lenda, que dela se

apoderou. Nessa solenidade, houve a preocupação de prestar a Inês honras de soberana.

No convento de Santa Clara, onde jazia, a urna coberta de rosas brancas é colocada num carro puxado a mulas e ataviado com panos brancos, a cor luctuosa da época.

O férretro deixa Coimbra na noite de 24 de abril em direção a Alcobaça — no mais impressionante cortejo visto em Portugal — atravessando a estrada de Beira por entre clarões de tochas acesas.

Ao longo do caminho, camponeses perfilam-se de ambos os lados da estrada, cujas margens são enfeitadas de círios e archotes.

Os presos são libertados por ordem expressa do rei e vêm beijar a rainha Inês. A multidão se ajoelha no pó da estrada.

Seguem o singular cortejo o povo de Coimbra, habitantes das regiões percorridas que se lhe associam, representantes do clero, como o bispo da Guarda, bispos e cônegos, e a fidalguia, em que se destacam D. João Afonso Telo de Menezes e muitos cavaleiros.

De madrugada, quando o cortejo passa por Leiria, paira na atmosfera um canto estridente, agudo e como que atirado das ameias

para o céu. Sente-se no rosto a gravidade da procissão noturna, iluminada por tochas artesanais de estopa.

A manhã surge entre clarões de fogo, e o corpo de Inês acamado num leito de pétalas de rosas destaca-se com imponência de rainha. Dos campos responde forte odor de vida, e a natureza renasce dum estado latente de adormecimento e desperta com renovadas forças.

Dir-se-ia que Inês dorme, revigorada por um encantamento íntimo e parco. Sorri.

As vergônteas da Primavera crescem nos campos, e os botões das vinhas abrem a palma minúscula duma folha tenra e aveludada. Os pássaros acomodam-se no meio dos pequenos abrigos naturais.

Uma coroa de ouro adorna a cabeça de Inês, cuidadosamente colocada junto ao corpo. Descem-lhe ao rosto pequenas farripas amarelecidas de cabelo.

A aragem, juntamente com a luminosidade erma do dia, levanta sobre ela uma suspeita mortal, uma agonia funda. Cobrem-na com um lençol.

Os camponeses vinham das areias do litoral ver passar o rei e já nos coutos de Alco-

baça, com os olhos infantis, toldados de surpresa, contemplavam o corpo de Inês, descobrindo, cheios de gravidade, a cabeça. Inclinavam a fronte para o chão e se ajoelhavam.

Pensavam, na sua simplicidade, que estavam frente a uma procissão religiosa. O amor enternece naturalmente os homens.

Presente também estava a gente humilde dos campos, sem trabalho nem profissão, espécie comum de vadios, que, em sua inocência, vinham de longe, seduzidos pela curiosidade. Ansiavam ver o rei indisciplinado e singular e aquela mulher excepcional, que parecia ter tido como dote apenas a força magnífica da beleza.

O féretro chegou a Alcobaça — anunciado por arautos em seus cavalos — por volta do meio-dia de 25 de abril de 1361, com menos de um dia de viagem.

O sol a pino irradiava sua luz alta e real por entre as copas verdejantes das árvores. Na praça apinhada e recamada de pétalas de flores, charmelas anunciavam o cortejo do rei.

D. Pedro desceu de seu cavalo branco e seguiu a urna, que se desentranhara das flo-

res, até a nave do templo, cuja penumbra fresca lhe deu uma sensação de inefável bem-estar.

Imaginava não estar pisando as duras lajes do solo, mas sim qualquer coisa de macio, de imaterial, como se caminhasse sobre nuvens, em regiões altas e ignotas.

Conta-se que não suportou o resto das exéquias, nem a coroação póstuma, nem o beijamão, nem o desfile da nobreza, do clero e do povo perante o maravilhoso túmulo, em que mandara esculpir, em imagens simbólicas, edificantes cenas bíblicas.

A comoção e o cansaço prostraram-no. Quase inanimado, levaram-no a local mais distante do murmurinho da cerimônia.

Lá fora, o sino continuava a dobrar pesadamente a finados, estendendo suas vibrações graves e soturnas por muitas e muitas léguas em redor.

D. Pedro experimentou grande alívio de consciência com as solenidades de Alcobaça.

Alguma serenidade o acompanhava, talvez também porque conseguira fazer de Inês rainha, como lhe prometera nos tempos em que

nuvens carregadas ameaçavam-lhes a sonhada paz que não chegaram a alcançar.

A candente promessa é relatada por Inês do Plano Espiritual, em longo diálogo, que colocamos no capítulo 'As Pazes de Canaveses'.

Ainda reinou cerca de cinco anos depois da trasladação dos restos mortais de Inês para Alcobaça. A partir de então, sua inquietação interior se apaziguou.

Vergava-o uma velhice precoce. Aos quarenta e seis anos, aparentava sessenta. Acentuava-se rapidamente a sua decadência física.

Sofria de ataques freqüentes, talvez epiléticos. Do que não há que duvidar é que os seus nervos sofreram abalos tão violentos que por certo o deixaram combalido para sempre.

Primeiro o golpe vibrado pelo pai, ao expulsar Inês para Castela; a seguir, a ansiedade dos meses de separação; e por fim a atroz cena da cabeça decepada no período mais feliz de sua vida.

E provavelmente também a atuação obsessiva, do Plano Espiritual, de Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, mortos brutalmente por

determinação de Pedro, na ilusória idéia de reparação do mal que haviam feito a Inês.

Com bastos motivos para ser um louco, revelou-se um dos reis mais ajuizados da dinastia Afonsina.

Apesar de tão causticado pela dor e pelas injúrias do destino, contra o qual reagiu galhardamente, ainda achou em si força interior suficiente para perdoar a Diogo Lopes Pacheco.

Os últimos anos de sua vida foram muito atormentados. Todavia, não cessava de percorrer o país.

Seus derradeiros dias, viveu-os em Estremoz, talvez com a presença do prior dos hospitalários D. Álvaro Pereira, já nosso conhecido.

O amigo teve importante participação na vida de D. Pedro desde os tempos de juventude do infante. Alguns anos mais velho, visitava-o regularmente, ensinou-lhe as artes da cavalaria, foi seu interlocutor junto ao pai em várias situações e interveio com prudência para obter a cessação da guerra civil que se seguiu à morte de Inês.

Deve-se também creditar ao prior sua memorável participação nas guerras que cul-

minaram com a expulsão dos árabes da península.

Chovera torrencialmente na véspera, contudo, na noite de sua agonia, um domingo, no céu claro e estrelado, pontificavam as constelações típicas do inverno português.

Talvez aquele céu límpido e luminoso fosse uma homenagem ao rei doente e alquebrado, que, nas noites claras de Estremoz, quedava-se a contemplar as estrelas cintilantes do firmamento.

Em seu leito de dor, pressentiu a morte e tomou as suas derradeiras disposições:

- a quinta de Canidelo, na foz do Douro, que oferecera a Inês, para os filhos dela;
- sepultarem-no em Alcobaça junto de Inês; e
- fartos legados em libras para os filhos, que tivera o cuidado de não casar à força...

Talvez, nas horas últimas, o preocupeasse aquele sonho em que vira um de seus filhos de nome João ascender ao trono. Nunca soube qual deles seria.

Faleceu às primeiras claridades do sol nascente, na madrugada de 18 de janeiro de 1367, antes de completar quarenta e sete anos.

E diziam as gentes — confessa o cronista — que tais dez anos nunca houve em Portugal, como estes em que reinara el-rei D. Pedro.

Foi essa gente anônima que o cognominou de justiceiro.

E assim morre o rei. Vira-se uma página da História e outras começam a ser escritas.

Valeu a pena? É difícil a análise de uma vida e de um reinado.

Alexandre Herculano o considera um louco com períodos de lucidez.

Nos desacertos e nos excessos que cometeu no exercício da férrea justiça real, observamos o travo de amargura que a morte de Inês lhe fizera carregar ao longo das duas décadas que viveu após a tragédia de Coimbra.

Na lucidez, observamos o rei correto, preso aos compromissos e preocupado com Portugal e sua gente.

Amou os filhos que teve.

Nas cortes de Elvas, impôs o reconhecimento de infante aos filhos de Inês, oficializando-lhes o ingresso à Casa Real.

Ao outro filho, João, entregou a importante Casa de Avis, preparando-lhe o caminho para que viesse a reinar, em 1385, sucedendo Fernando, com equilíbrio e descortino.

Creio que o longo olhar que o rei troucou, então, com o filho bastardo de cinco anos, ao despedir-se dele que partia para Avis, onde se submeteria aos rigores da Ordem, já lhe intuía intimamente que por ali caminhava a sucessão do reino no seu devido tempo.

Colocou a formação cívica e a educação dos filhos nas mãos privilegiadas de Nuno Freire, membro da Ordem do Cristo.

Seu pai, Afonso IV, no Plano Espiritual, ao receber-lhe o espírito, com Inês e a rainha santa, deve ter pensado:

— Que engano cometi ao punir Inês e Pedro, não obstante meu empenho na defesa do reino. Era um simples caso de amor, distante das querelas do poder.

Não percebeu que o problema maior que temia, a influência de Castela no reino, surgiria mais tarde, no fim do reinado de Fer-

nando, seu neto, fruto da união legítima de D. Pedro com D. Constança...

Pedro, inspirado por Isabel de Aragão, procurou dar paz ao povo que tanto amou. A paz que não teve em sua infeliz vida, solitária e tumultuada pelos sonhos terríveis de dor e saudade, companheiras inseparáveis.

## E DOM AFONSO IV?

Neste ponto em que nos encontramos da triste saga medieval que me chegou às mãos, impõe-se a pergunta: E Dom Afonso IV?

Não é justo que o monarca lusitano, chamado o Bravo pelas suas enérgicas decisões e pela imponente coragem com que se destacava nos campos de batalha, seja lembrado apenas como o algoz impiedoso de Inês de Castro.

Anteriormente já vimos o quanto lhe marcou o espírito a eliminação da companheira de seu filho. Foi para ele um profundo golpe de que não se libertaria até o fim do reinado.

No encontro com o filho, nas formalidades das Pazes de Canaveses, vemo-lo alquebrado, envelhecido, evidenciando quanto o fizera sofrer a infausta decisão.

Não era, efetivamente, o mesmo. Seus pensamentos mergulhavam longe no tempo, recordando que jamais desejara a situação criada para o seu reino.